



ATA DA SESSÃO ESPECIAL REMOTA DE CARÁTER SOLENE PARA POSSE DOS EXCELENTÍSSIMOS SENHORES CONSELHEIROS FERNANDO RODRIGUES CATÃO, FÁBIO TÚLIO FILGUEIRAS NOGUEIRA E ANTÔNIO GOMES VIEIRA FILHO, NOS CARGOS DE PRESIDENTE, VICE-PRESIDENTE E CORREGEDOR DO TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DA PARAÍBA, BEM COMO DOS CONSELHEIROS ARNÓBIO ALVES VIANA, ANDRÉ CARLO TORRES PONTES E DO CONSELHEIRO SUBSTITUTO RENATO SÉRGIO SANTIAGO MELO, NOS CARGOS DE PRESIDENTES DA 1ª E 2ª CÂMARAS E DE OUVIDOR DESTE TRIBUNAL, BIÊNIO 2021/2022.

1 Aos quatorze dias do mês de janeiro, do ano dois mil e vinte e um, às dez
2 horas, reuniu-se o Tribunal de Contas do Estado da Paraíba, sob a Presidência do
3 Conselheiro Arnóbio Alves Viana, em Sessão Especial Remota e de caráter solene, para
4 dar posse aos Excelentíssimos Senhores Conselheiros Fernando Rodrigues Catão, Fábio
5 Túlio Filgueiras Nogueira e Antônio Gomes Vieira Filho, nos cargos de Presidente, Vice-
6 Presidente e Corregedor deste Tribunal, bem como aos Conselheiros Arnóbio Alves
7 Viana, André Carlo Torres Pontes e ao Conselheiro Substituto Renato Sérgio Santiago
8 Melo, nos cargos de Presidentes da 1ª e 2ª Câmaras e Ouvidor, para o biênio 2021/2022.
9 Estiveram presentes, na sessão virtual, os Conselheiros Arnóbio Alves Viana, Fernando
10 Rodrigues Catão, Fábio Túlio Filgueiras Nogueira, André Carlo Torres Pontes e Antônio
11 Gomes Vieira Filho, bem como os Conselheiros em exercício Antônio Cláudio Silva
12 Santos, Oscar Mamede Santiago Melo e o Conselheiro Substituto Renato Sérgio
13 Santiago Melo. Presente, também, o douto Procurador-Geral do Ministério Público de
14 Contas junto a esta Corte, Dr. Manoel Antônio dos Santos Neto. Inicialmente, foram
15 convidadas para fazer parte da videoconferência -- além dos Conselheiros, Conselheiros
16 Substitutos, Procurador-Geral do *Parquet de Contas*, bem como do Secretário do Tribunal
17 Pleno, Sr. Osório Adroaldo Ribeiro de Almeida -- as seguintes autoridades: Exmo. Sr.
18 Governador do Estado da Paraíba, João Azevedo Lins Filho; Exmo. Sr. Presidente da
19 Assembleia Legislativa do Estado da Paraíba, Deputado Adriano Cezar Galdino de
20 Araújo; Exmo. Sr. Presidente do Tribunal de Justiça do Estado da Paraíba,
21 Desembargador Márcio Murilo da Cunha Ramos; Exmo. Sr. Ministro do Tribunal de
22 Contas da União, Marcos Bemquerer, Presidente da Associação Nacional dos Ministros e
23 Conselheiros Substitutos dos Tribunais de Contas; Exmo. Sr. Procurador Geral de Justiça
24 do Estado da Paraíba, Francisco Seráphico Ferraz da Nóbrega Filho; Exmo. Sr. do
25 Prefeito de João Pessoa, Cícero de Lucena Filho; Exmo. Sr. Presidente da Câmara

1 Municipal de João Pessoa, Vereador Valdir José Dowsley; Exmo. Sr. Prefeito Municipal
2 de Campina Grande, Bruno Cunha Lima; Exmo. Sr. Presidente da Ordem dos Advogados
3 da Paraíba, Seccional da Paraíba, Advogada Paulo Maia; Exmo. Sr. Presidente do
4 Conselho Nacional de Presidentes dos Tribunais de Contas, Conselheiro Joaquim Alves
5 de Castro Neto; Exmo. Sr. Vice-Presidente Tribunal de Justiça do Estado da Paraíba,
6 Desembargador Arnóbio Alves Theodósio; Exmo. Sr. Desembargador Joás de Brito
7 Pereira Filho; Exmo. Sr. Deputado Federal, Pedro Cunha Lima; Exmo. Sr. Deputado
8 Estadual, Tovar Correia Lima; Exmo. Sr. Presidente do Tribunal de Contas do Estado do
9 Rio Grande do Sul, Conselheiro Estilac Martins Rodrigues Xavier; Exmo. Sr. Conselheiro
10 Tribunal de Contas do Estado do Paraná, Conselheiro Ivan Bonilha, Presidente do
11 Instituto Rui Barbosa; Exmo. Sr. Secretário do Tribunal de Contas da União na Paraíba,
12 Márcio Fernando Sueth da Silva; Exmo. Sr. Superintendente em exercício da Unidade
13 Regional da Controladoria Geral da União na Paraíba, Kayo Roberto Vieira, e o Exmo. Sr.
14 Defensor Público Geral do Estado da Paraíba, Ricardo José Costa Souza Barros; Exmo.
15 Sr. Conselheiro Aposentado Umberto Silveira Porto, representando os Conselheiros
16 Aposentados desta Corte de Contas. Em seguida, o Presidente declarou aberta a sessão
17 remota e convidou a todos a ouvirem a execução do Hino Nacional Brasileiro, gravado no
18 formato de vídeo, pelo Coral dos Servidores do TCE/PB. **No seguimento, Sua**
19 **Excelência o Presidente, Conselheiro Arnóbio Alves Viana, usou da palavra para**
20 **fazer o seguinte pronunciamento:** “Neste momento faria o discurso com a minha
21 prestação de contas e a saudação ao novo Presidente. Vou poupá-los desse tempo, pois
22 tenho uma Revista, tanto eletrônica quanto física, para distribuir como um testemunho do
23 nosso trabalho, no biênio 2019/2020. desejo agradecer a todos os servidores da Casa, a
24 começar pelo Diretor Executivo Geral deste Tribunal, Dr. Umberto Silveira Porto, ao
25 Assessor da Presidente do TCE/PB, Sr. Paulo Emmanuel (Paulinho), ao Auditor de
26 Contas Públicas, com destaque especial, Dr. Luzemar da Costa Martins, a todos os
27 integrantes desta Corte de Contas, Conselheiros, Conselheiros Substitutos,
28 Procuradores, Auditores de Contas Públicas, servidores que contribuíram para que nosso
29 trabalho, apesar deste biênio ter sido problemático em razão da pandemia, que afetou
30 toda a humanidade, mas tivemos sucesso com a adoção do trabalho remoto, com as
31 medidas que tomamos. Para os Senhores terem uma idéia, mais de onze mil processos
32 foram apreciados e julgados por esta Corte de Contas, e este Tribunal cumpriu o seu
33 papel constitucional de assegurar a correta aplicação dos recursos públicos. Temos como
34 destaque a ferramenta “O Preço da Hora”, que teve o apoio fundamental do Governo do

1 Estado, onde temos a população tendo acesso ao preço mais baratos de inúmeras
2 mercadorias como remédios, que devem ser adquiridos pelo menor preço. Tivemos a
3 ferramenta “O Preço de Referência”, que é decorrente da ferramenta citada
4 anteriormente, que vai subsidiar a Administração Pública nas diversas esferas, para
5 aquisição de mercadorias e serviços, por um preço mais barato. E tivemos, também, o
6 Programa “DECIDE – Defesa do Estatuto da Cidade”. Como todos sabemos, o Estatuto
7 das Cidades é uma Lei de 2001 que, no entanto, se encontrava arquivada, sem utilidade
8 pela população. Coube ao Tribunal de Contas esse papel, de coordenar os municípios
9 para, a partir daí, constituir um Consórcio Intermunicipal de Desenvolvimento Urbanístico,
10 contratando um Urbanista para que ele possa, cumprindo o que está dito no Estatuto das
11 Cidades, fazer o Plano Diretor dos Municípios, fazer o acompanhamento da defesa do
12 patrimônio histórico, do meio ambiente, do planejamento e do urbanismo como um todo,
13 assegurando à população a mobilidade urbana e, também, humana, com calçadas livres,
14 com obras sendo projetadas por arquitetos e o cumprimento, como dizíamos na posse,
15 da Lei nº 11.888 de 2008, uma lei pouco falada, pouco comentada e pouco executada: a
16 lei que assegura às famílias carentes, de graça, o projeto técnico para a elaboração de
17 sua moradia. Todos sabemos que, em todos os municípios do Estado, as pessoas
18 carentes constroem as suas casas entregue, apenas, a capacidade técnica de um
19 pedreiro, que sabe edificar a casa, mas não sabe projetá-la corretamente. Como fruto
20 desse trabalho que, às vezes, que alguém pensa que é o Tribunal de Contas, mas nós
21 entramos apenas com a idéia, incentivou os Prefeitos do nosso Estado a criarem o
22 Sindurb e esse Consórcio contrata um Urbanista, geralmente arquiteto, que vai projetar
23 as casas de pessoas de baixa renda. Temos dezenas de casas sendo construídas,
24 notadamente na região do primeiro Consórcio SINDURB, na região do frio. São doze
25 municípios em que já temos casas construídas. Inclusive a capa da revista que irei
26 distribuir mostra uma das casas construídas pelo Consórcio SINDURB, bem como irei
27 exibir algumas imagens das casas projetadas pelo Arquiteto Régis Cavalcanti. Este
28 Programa DECIDE é inovador e gostaria que cada um dos Senhores, a partir de hoje,
29 observassem as calçadas dos nossos municípios. Elas inexistem e inexistindo não
30 cumprem a lei no que tange à mobilidade humana. As calçadas são territórios
31 pertencentes aos idosos, às crianças. No entanto, ao longo da história, foram
32 abandonadas e o serviço público pensava que era dos particulares a obrigação de sua
33 edificação e, até hoje, elas não cumprem com o seu papel social de assegurar a
34 mobilidade humana. O Tribunal de Contas orienta essas prefeituras, na feitura do seu

1 Plano Diretor, para projetar uma cidade com a capacidade de proporcionar felicidade aos
2 seus habitantes. Uma moradia projetada tecnicamente, e trazendo, evidentemente, mais
3 felicidade para todos os habitantes dos nossos municípios. O Tribunal de Contas tem o
4 seu papel de punir, mas tem, também, o seu papel fundamental de orientar. Aliás, tem
5 uma frase de um filósofo Baruch Espinoza que diz: “É melhor ensinar as virtudes do que
6 punir os vícios”. Creio que cumprimos com o nosso papel da apreciação das contas
7 públicas, mas também no papel orientador de trazer cidade mais próspera e mais feliz no
8 Estado da Paraíba. Agradeço a todos e volto a dizer, sem discurso iremos franquear
9 essas revistas tanto eletrônica quanto físicas para todos os paraibanos. Muito Obrigado”.

10 No seguimento, o Presidente convidou o Conselheiro Fernando Rodrigues Catão,
11 Presidente eleito para o biênio 2021/2022, para prestar o compromisso regimental e, em
12 seguida, o declarou empossado no cargo de Presidente do Tribunal de Contas do Estado
13 da Paraíba. Ato contínuo, solicitou que o Secretário do Tribunal Pleno, Sr. Osório
14 Adroaldo Ribeiro de Almeida, procedesse à leitura do Termo de Posse para, logo após,
15 conduzir o livro para as assinaturas do Presidente e do empossado. A seguir, o
16 Conselheiro Fernando Rodrigues Catão assumiu a Presidência dos trabalhos, ocasião em
17 que, Sua Excelência convidou o Conselheiro Fábio Túlio Filgueiras Nogueira para prestar
18 o compromisso regimental – em seu nome e em nome dos demais empossandos -- na
19 qualidade de Vice-Presidente deste Tribunal. Em seguida, o Presidente declarou
20 empossados os demais dirigentes do Tribunal de Contas do Estado da Paraíba, para o
21 biênio 2021/2022: Conselheiros Fábio Túlio Filgueiras Nogueira (Vice-Presidente), André
22 Carlo Torres Pontes (Presidente da 1ª Câmara), Antônio Gomes Vieira Filho (Presidente
23 da 2ª Câmara) e o Conselheiro Substituto Renato Sérgio Santiago Melo (Ouvidor),
24 solicitando ao Secretário do Tribunal Pleno, Sr. Osório Adroaldo Ribeiro de Almeida, que
25 procedesse à leitura do Termo de Posse e conduzisse o livro para assinatura do
26 Presidente e dos demais empossados. **Dando continuidade à Sessão Solene, o**
27 **Presidente Conselheiro Fernando Rodrigues Catão concedeu a palavra ao**
28 **Procurador-Geral do Ministério Público de Contas junto a esta Corte, Dr. Manoel**
29 **Antônio dos Santos Neto, que, após invocar as autoridades participantes da sessão**
30 **remota, fez o seguinte pronunciamento:** “Recebi, com muita honra, o convite para
31 fazer a saudação em nome do Conselheiro Fernando Rodrigues Catão, como Presidente
32 do Tribunal de Contas do Estado da Paraíba, e gostaria de fazer um breve resumo do
33 currículo de Sua Excelência, em apertada síntese: Natural de Campina Grande (PB), o
34 Conselheiro Fernando Rodrigues Catão é formado em Engenharia Civil e Conselheiro do

1 Tribunal de Contas do Estado da Paraíba desde maio de 2004. Já presidiu a Corte de
2 Contas no biênio 2011/2012. Exerceu também as funções de Vice-Presidente do TCE-PB
3 e de Corregedor no biênio 2015/2017. Comandou a presidência da Primeira Câmara
4 (biênio 2017/2018). Foi também Coordenador da Escola de Contas Conselheiro Otacílio
5 Silveira (Ecosil). Fernando Rodrigues Catão dispõe de larga experiência em
6 administração pública. Foi Secretário do Planejamento e Gestão do Governo do Estado,
7 Secretário de Políticas Regionais do Governo Federal (Ministro do Desenvolvimento
8 Regional), Secretário de Planejamento e Gestão da Prefeitura Municipal de Campina
9 Grande e também exerceu a Secretário de Finanças da Prefeitura Municipal de João
10 Pessoa. Em nome do Ministério Público de Contas, ao tempo em que congratulo o
11 Conselheiro Arnóbio Alves Viana pela gestão pretérita, gostaria de saudar o mais novo
12 Presidente do TCE-PB, o Conselheiro Fernandes Rodrigues Catão, o qual, sem dúvida,
13 pela vasta experiência de gestão, e pela forma como tem conduzido seus trabalhos nesta
14 casa, reúne todos os predicados para fazer uma excelente gestão. É de se frisar que esta
15 casa, o Tribunal de Contas da Paraíba, sempre manteve uma postura de respeito e de
16 cooperação mútua com o Ministério Público de Contas, tendo sido preservados todos os
17 direitos dos membros do *parquet* no exercício de suas funções, a exemplo do respeito a
18 nossa independência funcional, com debate ético e plural de todas as demandas que são
19 levadas pelo Ministério Público de Contas ao órgão colegiado. Não temos dúvida, Dr.
20 Catão, que sua experiência acumulada na gestão pública, acrescida da objetividade de
21 sua formação técnica oriunda das ciências exatas farão como que o Tribunal de Contas
22 do Estado da Paraíba continue sendo essa instituição alvissareira, pronta para atender,
23 no âmbito do controle externo, as demandas da população, primando pela eficiência e
24 economicidade na gestão da coisa pública. Não é a toa que o trabalho desempenhado
25 pelos servidores e membros do TCE-PB já possui reconhecimento em todo território
26 nacional, seja pela competência técnica de nossos servidores, seja pelo direcionamento
27 dado aos trabalho da casa, que vem sendo conduzido de forma magistral pelos
28 presidentes que passaram pela Corte, inclusive por Vossa Excelência, que já foi o gestor
29 de outrora, no biênio de 2011-2012. Por fim, gostaria de reiterar que o Ministério Público
30 de Contas permanece de portas abertas à sociedade, bem como à gestão do TCE-PB, e
31 que podem contar conosco em todas as demandas necessárias ao aprimoramento da
32 gestão pública. Dr. Catão, nesta saudação final, me dirijo a Vossa Excelência enquanto
33 cidadão, porque a função pública é temporária, ao passo que a condição de cidadão,
34 bem como a instituição que Vossa Excelência representa, são permanentes, motivo pelo

1 qual fazemos votos de muito sucesso nessa nova gestão, focada na eficiência e na
2 condução republicana da função. Muito Obrigado”. **Em seguida, o Presidente**
3 **concedeu a palavra ao Conselheiro Fábio Túlio Filqueiras Nogueira, atual**
4 **Presidente da Associação dos Membros dos Tribunais de Contas do Brasil**
5 **(ATRICON), para saudar os empossados, em nome deste Tribunal, ocasião em que**
6 **Sua Excelência, fez o seguinte pronunciamento, após saudar as autoridades**
7 **participantes da sessão remota:** “Quando você escolhe a esperança, tudo é possível” –
8 Christopher Reeve, ator e diretor americano. Depois de enfrentar o inusitado, turbulento,
9 penoso e enlutado 2020, um novo ano, uma nova década se iniciam sob os auspícios de
10 uma sensação predominante: a esperança. Culturalmente, todo início de ciclo tem essa
11 capacidade de despertar entusiasmo, reforçando expectativas de um recomeço
12 promissor. Em 2021 essa probabilidade conta com o reforço de muitas descobertas e
13 com o fluir de sentimentos muito especiais: solidariedade, compaixão, empatia. Mas, o
14 novo é sempre referenciado por uma experiência precursora, por práticas que evoluíram,
15 por pesquisas, pela ciência, que são sempre bússolas na direção da luz. A pandemia tem
16 mostrado, com muita clareza: é na lucidez e no aparato científicos, que a humanidade
17 encontra respostas. A Covid-19 deixa muitas lições. Para o Sistema Tribunais de Contas,
18 a lição da sua essencialidade, a convicção de que os avanços, construídos e
19 consolidados ao longo de um processo de aperfeiçoamento, nos permitiram as rápidas
20 adaptações e as repostas tempestivas, que esse tempo de restrições exigiu. Ficou, ainda
21 mais, evidente que a eficiência da gestão pública está associada à efetividade das ações
22 das Cortes de Contas do Brasil. Portanto, somos detentores de uma missão
23 constitucional incessante e indispensável. Um valioso papel republicano recai sobre o
24 Controle Externo. O tempo de pandemia aponta, que ainda teremos imensos desafios.
25 Eles exigirão de nós muito denodo, muita capacidade e, nesse quesito, encontro um
26 ponto de interseção direcionado ao Conselheiro Fernando Rodrigues Catão. De natureza
27 inquieta, sempre em busca do novo, sempre atento aos avanços tecnológicos, admirador
28 da ciência, Catão terá uma convivência tranquila com as dificuldades anunciadas e, com
29 certeza, buscará meios para superá-las; terá a referência dos métodos, que já se
30 mostraram responsivos, e a inovação como aliados. Fernando Catão se identifica com o
31 universo acadêmico e se sente atraído pelas inúmeras possibilidades de qualificação do
32 modos de fiscalização e controle das contas públicas, que o ambiente universitário pode
33 gerar. Graças a essa visão, Universidades se tornaram parceiras do TCE da Paraíba no
34 desenvolvimento de muitas ferramentas – um bom exemplo é o IDGPB, que tem a

1 Universidade Federal da Paraíba como berçário. Tenho certeza de que Fernando Catão,
2 com a experiência adquirida no exercício de muitos cargos importantes na administração
3 pública - duas vezes secretário de Planejamento e Gestão do Governo do Estado;
4 secretário de Políticas Regionais do Governo Federal (Ministro do Desenvolvimento
5 Regional); senador suplente; secretário de Planejamento e Gestão da Prefeitura
6 Municipal de Campina Grande; secretário de Finanças da Prefeitura Municipal de João
7 Pessoa - acumulada à atual prática no Controle Externo e a bem-sucedida passagem
8 anterior na presidência do TCE-PB, está muito bem preparado para dirigir essa honrosa
9 Corte de Contas do povo paraibano - que já reserva um imenso histórico de pioneirismo –
10 de uma maneira profícua, com respostas tempestivas aos interesses da cidadania, por
11 meio do apoio e da orientação ao agente público, a fim de que a governança atinja a
12 necessária efetividade. Como membro e vice-presidente do TCE-PB, mantereí o meu
13 estado de envolvimento e todo o meu interesse nesse processo desafiador de
14 enfrentamento ao agravamento da crise socioeconômica no pós pandemia. Como
15 presidente da Atricon coloco a entidade, como sempre o fiz, à disposição para uma
16 interlocução institucional em todas as pautas do interesse da cidadania. No aspecto da
17 cooperação, a relação da Atricon com o Tribunal de Contas do Estado da Paraíba tem
18 sido uma via de mão dupla, em que vigora o aperfeiçoamento de ações e a busca
19 ininterrupta pela efetividade da gestão pública, a fim de que os cidadãos paraibanos
20 usufruam dos seus direitos plenos. Na gestão de Arnóbio Viana, essa parceria se
21 estreitou, foi realçada por uma inabalável boa-vontade, uma disposição de colaboração,
22 que rendeu grandes frutos, em particular, relacionada ao Marco de Medição do
23 Desempenho dos Tribunais de Contas. Por isto, faço aqui um indispensável registro da
24 minha gratidão ao Conselheiro Arnóbio. A expectativa de dias desafiadores se confundem
25 com a esperança. A animação que chega com o novo terá sempre o lastro do antigo, terá
26 a estabilidade daquilo que se construiu com as experiências, que permanecerão atuais.
27 Experiências que serão base e motivo de inspiração, como o Programa Decide, por meio
28 do qual o Conselheiro Arnóbio Viana deixou a significativa mensagem de que a missão
29 do Tribunal de Contas perpassa o exame da legalidade das Contas Públicas. O
30 importante, ousado e, eu diria, revolucionário programa de harmonização e de
31 padronização urbanística reinscreve o TCE-PB nos anais do pioneirismo. Mais que isso:
32 evidencia que o papel do Controle Externo está fundamentado na qualidade de vida das
33 comunidades, na preservação e na convivência harmoniosa com o meio ambiente. Está
34 na mobilidade urbana e em tudo que implique no bem-estar dos cidadãos, naquilo que se

1 deixa de legado às gerações futuras. Teremos sim, muito trabalho, mas temos também
2 retrovisores que espelham acertos, experiências, práticas e êxitos. Os êxitos que
3 repetiremos com inovação, com tecnologia e, sobretudo, com recursos humanos
4 excepcionalmente bem-qualificados, como são os servidores dessa Corte de Contas. Não
5 faltará energia. O conterrâneo de Campina Grande, com um extraordinário currículo de
6 experiências em ambientes diversos, é um aguerrido. Fernando Catão, não me faltam
7 razões para crer que o Tribunal de Contas do Estado da Paraíba manterá sua trajetória
8 de conquistas e o seu patamar de excelência no exercício do Controle Externo. Sigamos
9 movidos pela esperança. Sobretudo, a de que, muito em breve, toda a população
10 brasileira receberá o imunizante que a livrará das amarras que a impedem do abraço
11 fraternal, aquele que guardarei para depois, quando a pandemia estiver, definitivamente,
12 no espaço das nossas memórias de sofrimento, mas, também, de preciosas lições de
13 solidariedade e de humanismo. Estejamos unidos, é o caminho!” **No seguimento, o**
14 **Presidente concedeu a palavra ao Advogado Valberto Alves de Azevêdo, para**
15 **saudar os novos dirigentes desta Corte em nome da Ordem dos Advogados do**
16 **Brasil (OAB) – Seccional da Paraíba, por deferência do seu Presidente, Advogado**
17 **Paulo Maia ocasião em que Sua Excelência, fez o seguinte pronunciamento, após**
18 **saudar as autoridades participantes da sessão remota:** “Senhor Presidente, fui
19 surpreendido com o seu convite para falar na sua sessão de posse e confesso que fiquei
20 muito feliz com essa reverência que foi feita à minha pessoa, porque, de fato, falar na
21 posso de um Presidente de um Tribunal de Contas em nome da OAB/PB, com a licença
22 do meu Presidente, é motivo de regozijo e de júbilo para qualquer cidadão, para qualquer
23 advogado. Deixo de início a gratidão por esse convite mas, ao mesmo tempo, me causou
24 uma tremenda interrogação, porque não sei se, aqui, faço um discurso envolvido nas
25 questões pessoais que nos une, enquanto amigos, ou se endereço o meu discurso mais
26 sobre uma questão institucional, como seria próprio de um representante da Ordem dos
27 Advogados do Brasil. Pelo fato de ter sido escolhido o meu nome, Senhor Presidente,
28 porque na sua família tem vários advogados, a exemplo da sua filha, a Dra. Carol Catão,
29 ela poderia trazer um conteúdo pessoal mais legítimo do que o meu. Da mesma forma, o
30 meu Presidente Paulo Maia, da nossa OAB/PB. Que se encontra participando dessa
31 sessão virtual, poderia falar, também, sobre o aspecto institucional, com mais
32 legitimidade do que a minha pessoa. O fato de ter sido escolhido, para mim simbolizou a
33 necessidade de trazer um misto sobre essas duas questões que nos envolve, a questão
34 pessoal e a questão institucional. Quanto à questão pessoal, Conselheiro Fernando

1 Rodrigues Catão, lembro de um episódio que ocorreu entre nós que data do ano de 2003,
2 porque a minha amizade com a sua família, em especial com seu filho, vem de muito
3 antes da década de 90, mas houve um fato em 2003, que foi muito representativo para
4 mim e é muito representativo, também, para a sua condução na Corte de Contas.
5 Naquela ocasião participamos da Campanha de Governador do Estado, no ano de 2002,
6 e o Governador eleito à época, Cássio Cunha Lima, assumiu o comando do Estado em
7 2003, e lembro que naquela ocasião, estava terminando o meu curso de Direito e
8 encaminhei através de Bruno um pedido para que fosse nomeado como advogado, em
9 alguma função do Poder Executivo Estadual. Crente, diante da amizade que tínhamos,
10 achei que esse pedido seria prontamente atendido, e lembro que Bruno voltou
11 constrangido trazendo a sua negativa. E aquela negativa se deu porque, de acordo com o
12 que havíamos conversado, Vossa Excelência não havia observado que a ocupação
13 daquele cargo, naquele instante, atenderia ao interesse público. Aquela ocupação
14 atenderia muito mais ao meu interesse privado, do que ao interesse público. Vossa
15 excelência, também, me advertiu de que deveria me encaminhar na minha profissão, no
16 desenvolvimento autônomo da minha profissão de advogado. Embora tenha recebido
17 aquela negativa com estranheza, porque esperava ter sido acolhido, esse foi um dos
18 grandes conselhos que recebi na minha vida, do meu pai e dos meus amigos, como é
19 Vossa Excelência, Conselheiro Fernando Rodrigues Catão. Em razão disso, me dediquei
20 à advocacia privada e depois de quase dezoito anos, esse convite que Vossa Excelência
21 me faz para falar em nome da OAB/PB, na sua sessão de posse é, de alguma forma, o
22 reconhecimento desse acerto do seu conselho e o acerto, também, do meu acolhimento.
23 Talvez se tivesse ocupado aquela função pública, naquele instante, para atender um
24 interesse meramente privado, porque não tenho essa vocação, eu estaria fazendo errado
25 embora satisfazendo o meu interesse imediato. Essa advertência foi muito proveitosa
26 para mim e agradeço a Vossa Excelência por ela, que também indica a sua
27 personalidade de homem público, porque seria muito mais fácil, naquela ocasião, atender
28 a minha solicitação, naquela oportunidade do que negar e dar aquela conselho que foi
29 determinante para que alcançasse esse sucesso na minha vida profissional. Também,
30 revelou essa sua condição de agente público que é traduzido no seu currículo. Foi
31 Secretário Municipal; Secretário Estadual; membro do Congresso Nacional, na condição
32 de Senador Suplente; Ministro da União, na pasta de Desenvolvimento de Integração
33 Regional. Então, essa sua condição de homem público, Conselheiro Fernando Rodrigues
34 Catão, que é insito à sua pessoa o legitima muito a atuar na Corte de Contas, desde

1 aquele ano de 2004, que também participei, na ocasião da sua posse como Conselheiro,
2 de forma presencial, no antigo Plenário do Tribunal de Contas, e consegui identificar, ao
3 longo de sua carreira, como Conselheiro, essa dedicação, apreço e zelo à coisa pública,
4 coisa que sua história na Corte de Contas indica e coisa, também, que a sua presidência,
5 há dez anos de sua posse enquanto Presidente. Já naquela ocasião, quando vivíamos
6 num entreposto do mundo analógico com o digital, foi Vossa Excelência, na condição de
7 Presidente do Tribunal de Contas do Estado da Paraíba o maior entusiasta do processo
8 eletrônico, fazendo com que todos os processos do Tribunal passassem a tramitar
9 eletronicamente, dispensando todos aqueles azedumes da tramitação do processo físico.
10 Foi Vossa Excelência, igualmente, que incrementou a ferramenta do Sagres,
11 disponibilizando, com maior publicidade, todos os dados que a Corte de Contas coletava
12 no exercício da sua função constitucional. Por todos esses predicados, esse novo ciclo na
13 Presidência desse Tribunal é um ciclo que a sociedade aguarda muito, o êxito de Vossa
14 Excelência e dos seus colegas dessa Corte de Contas. Esta data, para mim, é muito
15 simbólica, porque estava aqui a observar a data de fundação do Tribunal de Contas do
16 Estado da Paraíba, que foi uma lei do Governador João Agripino de 1970, mas a
17 instalação do Tribunal só ocorreu em março de 1971. Estamos beirando março de 2021,
18 no ano de comemoração dos cinquentenário de instalação dessa Corte de Contas
19 Estadual. Então, este é um momento muito representativo para o Tribunal, pois é um
20 momento que vai exigir de Vossa Excelência uma dedicação muito grande, sobretudo
21 para enfrentar essa questão tão singular que estamos a enfrentar nos dias atuais, que é a
22 pandemia do Covid-19. Nas pesquisas do preparo desta minha participação, verifiquei
23 que, ao passo em que o Tribunal de Contas do Estado da Paraíba comemora seus
24 cinquenta anos de instalação, a Corte de Contas dos Estados Unidos da América, que se
25 chama G.A.O. (Government Accountability Office), comemora cem anos de existência
26 agora em 2021. Estava fazendo uma leitura sobre as perspectivas e sobre o histórico
27 dessa Corte de Contas Americana e verifiquei que eles tem uma atuação muito ampla no
28 continente americano. Eles não avaliam somente questões de escrutínio de contas e de
29 valores, mas se imiscuem, também, em outras questões de relevante interesse da
30 sociedade. Então, esse Tribunal deve se imiscuir, também, nessa matéria, porque onde
31 quer que haja interesse público, onde quer que haja alocação de verba pública, este
32 Tribunal deve atuar, e a sua atuação, além de extrapolar as questões meramente
33 contábeis, passando a atuar em todo e qualquer interesse da sociedade em todo e
34 qualquer lugar que haja alocação ou dispensa de recursos, essa atuação do Tribunal,

1 além de todos esses temas, deve se preocupar não apenas com o escrutínio dos gastos,
2 mas pensamos nós que essa Corte de Contas deve atuar na questão da arrecadação dos
3 valores. A Corte de Contas tem condições de colaborar muito mais com o Poder
4 Legislativo na questão da alocação dos recursos. A participação do Tribunal na
5 elaboração das leis orçamentárias é determinante, porque ninguém mais do que esta
6 Corte sabe das necessidades da Fazenda Pública. Depois escutinar bem os gastos e,
7 além dessa contabilidade de gastos, é verificar a efetividade deles, para cumprir o
8 princípio da eficiência da administração pública. Neste particular e para encerrar, Senhor
9 Presidente, conheço todos os membros dessa Corte de Contas e, dentre eles, vejo Vossa
10 Excelência com bastante capacidade para exercer essa nova perspectiva que a
11 sociedade espera do Tribunal de Contas. Essa sua capacidade singular, esse atributo
12 que só Vossa Excelência tem para dar esse pontapé nesse novo formato de gestão,
13 advém da sua capacidade de análise objetiva e analítica dos fatos, na condição de
14 engenheiro de formação que é, mas também em razão do seu apreço à estética, na
15 condição de artista plástico, a capacidade de análise abstrata. É difícil enxergar numa
16 pessoa essa capacidade das análises analítica e abstrata. Então, Vossa Excelência que
17 reúne isto pelo fato de ser engenheiro e artista plástico tem condições, portanto, de fazer
18 essa análise material dos gastos públicos e essa análise imaterial dos mesmos gastos,
19 para saber se eles foram arrecadados, alocados e gastos como manda a Constituição e
20 também tiveram o melhor aproveitamento à sociedade paraibana, para cumprir o princípio
21 da efetividade desses gastos. É por esses atributos e é por essa qualidade que Vossa
22 Excelência tem que o novo biênio, essa nova Diretoria do Tribunal poderá, certamente,
23 dar a ele a estatura que a Constituição lhe reconhece e a esperança que a sociedade
24 paraibana deposita. São com essas palavras, Conselheiro Fernando Rodrigues Catão,
25 que parabeno Vossa Excelência, assim como todos que estão nessa nova perspectiva
26 do Tribunal de Contas do Estado da Paraíba, desejando muito sucesso a todos, que, com
27 certeza, será refletido em toda sociedade”. **A seguir, o Presidente empossado,**

Conselheiro Fernando Rodrigues Catão, proferiu o seguinte discurso:

29 “Excelentíssimo Senhor Conselheiro Arnóbio Alves Viana, Digníssimo Presidente do
30 Egrégio Tribunal de Contas do Estado da Paraíba, que ora encerra o seu segundo
31 mandato. Excelentíssimos Senhores Conselheiros, que honram e dignificam esta douta
32 Corte de Contas e em conjunto com outros servidores me ombreiam na missão de dirigir
33 os destinos desta Casa no biênio 2021 a 2022. De forma especial, agradeço as palavras
34 amigas do Conselheiro Fábio Nogueira e o saúdo, igualmente, como líder e presidente da

1 Associação dos Tribunais de Contas do Brasil – ATRICON, onde vem exercendo trabalho
2 exemplar em defesa do controle externo nacional. Dignos integrantes do Ministério
3 Público de Contas, a quem saúdo na pessoa do seu Procurador Geral, Dr. Manoel
4 Antônio dos Santos Neto, agradecendo-lhe as palavras que me foram oferecidas.
5 Senhores Advogados e Advogadas, que dignamente exercem suas atividades junto a
6 esta Corte, a quem saúdo na pessoa do Desembargador Márcio Murilo da Cunha Ramos,
7 aqui presente. Digníssimas autoridades que me honram com suas presenças,
8 cumprimento-os na pessoa do Exmo. Governador do Estado João Azevedo Lins Filho e
9 do Prefeito da Capital, Sr. Cicero de Lucena Filho, que muito nos honra com as suas
10 presenças. Senhoras e Senhores. Mais uma vez vivo a emoção de assumir a Presidência
11 do Egrégio Tribunal de Contas do Estado da Paraíba. É uma honraria que se repete.
12 Porém, desta feita de forma muito especial me orgulha sobremaneira dirigir os destinos
13 desta Casa no ano do seu Jubileu de Ouro, que ocorrerá no próximo mês de março. O
14 Tribunal de Contas completará meio século no efetivo exercício de cumprir e fazer
15 cumprir os mandamentos constitucionais que estabelecem as regras e os deveres de
16 prestar contas a todos aqueles que administram os bens e o patrimônio público.
17 Engenheiro por formação, carrego o viés profissional de enxergar no ambiente que me
18 cerca e no horizonte que vislumbro uma construção em eterno desenvolvimento. Aqui, na
19 nossa instituição, atesto e dou fé que esta Casa se assenta em sólidos alicerces fincados
20 nos princípios basilares de sua missão institucional. Ampliados pela sua ininterrupta
21 prática administrativa de modernização e o decidido avanço tecnológico inovando,
22 sobremaneira, as técnicas e a forma de exercer o controle externo no nosso país. Este é
23 nosso Tribunal! Saibam que esta Corte atua permanentemente emparceirada com a
24 modernidade, a pedagogia, a prevenção, o exemplo, a eficiência e a eficácia, zelando,
25 sobretudo, para que se exerça à exaustão os sagrados direitos ao exercício do
26 contraditório e da ampla defesa. Não poderia ser diferente. Estas referências e princípios
27 vêm do seu passado, no qual, pontificaram personalidades estimadas, servidores
28 públicos exemplares e cidadãos reverenciados, da estirpe do Presidente-Fundador,
29 Conselheiro Otacílio da Silva Silveira; Juarez Farias; Antônio Carlos Escorel; Luiz Nunes;
30 Gleryston Lucena; Marcos Ubiratan; Flávio Sátiro, e tantos outros, a exemplo dos
31 ilustrados Membros atuais. Aliás, como disse certa feita o Advogado Yanko Cyrillo
32 “formando uma espécie de colar de joias, engastado no pescoço da mais pura e
33 gratificante história do Tribunal de Contas da Paraíba”. Ao escrever estas modestas
34 linhas, percebi que cabalisticamente nos 50 anos do Tribunal, estamos a iniciar e

1 vivenciar, a meu ver, uma transformação nunca vista pela humanidade. Refiro-me ao
2 mundo da tecnologia 5.0, a internet das coisas, ao domínio e uso da inteligência artificial,
3 ou seja, temos o desafio de construir o Tribunal 5.0. Os que me precederam estiveram
4 atentos a estes cenários. Trago a lume, por exemplo, a crise que estamos atravessando
5 de incomensuráveis desafios, em virtude da pandemia que nos assola, impondo
6 transformações nas relações institucionais, laborais e humanas que velozmente estão a
7 modificar os costumes, as tradições e nos obrigando à adequação a uma nova forma de
8 vida que ainda não temos condições de avaliar sua extensão e seus efeitos. Graças ao
9 continuado trabalho de planejamento e da gestão interna adotados por aqueles que me
10 antecederam, demonstramos, sobejamente, durante todo o período de crise pandêmica,
11 que somos qualificados e dotados da capacidade técnica para adotar soluções que
12 garantiram a continuidade nas atividades controladoras e fiscalizadoras do Tribunal. De
13 maneira célere e rápida, todo o corpo funcional se adaptou à nova realidade e, assim,
14 exercemos a nossa missão constitucional à altura do que espera a sociedade. Para
15 exemplificar, destaco que todas as sessões das Câmaras e do Pleno foram
16 religiosamente realizadas, assegurando a participação telepresencial das partes. Tenho
17 certeza de que muitas destas práticas vieram para ficar. É a transformação 5.0 sobre a
18 qual me referi a pouco. Nossa gestão terá por princípio a continuidade da política de
19 fortalecer e incentivar a participação da sociedade no exercício da CIDADANIA DIGITAL.
20 É a permanente convocação ao cidadão comum para atuar em defesa de serviços
21 públicos de qualidade. Esta é uma tarefa que já transbordou de nossa responsabilidade,
22 se faz necessária mais do que nunca a participação do povo neste controle. Estaremos
23 atentos para temas que impactam diretamente na qualidade de vida das pessoas,
24 especialmente aquelas mais necessitadas, com destaque para as áreas de Educação e
25 da Saúde. Disponibilizaremos e utilizaremos intensamente instrumentos de gestão e
26 acompanhamento de despesas públicas. É tarefa de todos negarem continuidade aos
27 descalabros administrativos que amiúde acontecem no nosso país. A sociedade clama
28 por ação. No entanto, é necessário que também participe de forma ativa, usando o
29 manancial de informações que hoje dispomos e franqueamos o seu acesso. Refiro-me e
30 destaco as mais recentes realizações levadas a efeito nas gestões dos Conselheiros
31 André Carlo Torres Pontes e Arnóbio Alves Viana, por exemplo: - O SAGRES 5.0 – que
32 oportuniza ao cidadão comum acompanhar toda a despesa pública do estado da Paraíba,
33 em tempo real, quer seja no âmbito municipal ou estadual; - O TRAMITA – nas suas
34 novas versões permitem a busca textual de todos os papéis de trabalho gerados neste

1 Tribunal. Sem dúvida um avanço e tanto para o exercício do contraditório e para a
2 pacificação de nossa jurisprudência. - O IDGPB - ÍNDICE DE DESEMPENHO DO
3 GASTO PÚBLICO DA PARAÍBA – conjunto de indicadores (35) nas áreas de saúde e
4 educação desenvolvido pelo Tribunal em parceria com a Universidade Federal da
5 Paraíba, por meio dos quais foram traçados os perfis de todos os municípios e do estado,
6 no que diz respeito ao desempenho das políticas e dos gastos públicos nestas áreas. Ou
7 seja, todos os gestores municipais recém-empossados têm ao seu dispor uma radiografia
8 atualizada da área da educação e da saúde do seu município. Não será dado o direito de
9 não agir por falta de conhecimento. - OS PAINÉIS DE GESTÃO E DE DESPESA a
10 exemplo do: - PAINEL DE COMBUSTÍVEIS – controla e informa todas as despesas com
11 este importante insumo; - PAINEL DAS LICITAÇÕES – disponibiliza todas as licitações
12 realizadas no estado tanto no âmbito municipal quanto estadual; - PREÇO DA HORA E
13 REGISTRO DE PREÇOS – aplicativo que informa e registra todas as compras feitas no
14 estado ou pelo estado da Paraíba em tempo real. Feito de suma importância, construído
15 em parceria com o Governo do Estado, e já exportado para outros tribunais de contas. -
16 PROGRAMA DECIDE – PROGRAMA DE DEFESA DAS CIDADES – ação inovadora
17 idealizada e gestada pelo nobre Conselheiro Arnóbio Viana, que avança e dá outra visão
18 ao exercício do controle externo e aos serviços que são de responsabilidade dos
19 municípios, para atender as demandas do terceiro milênio. No entanto, são desprezadas
20 ou ignoradas. Como, por exemplo, o respeito aos espaços públicos, a ausência de
21 políticas de preservação do patrimônio histórico, os conflitos de mobilidade urbana, a má
22 qualidade arquitetônica de obras populares, entre outros aspectos. Em suma, é a
23 louvável tentativa de resgate no cumprimento do que se denominou Estatuto das
24 Cidades. Outras iniciativas estão por vir, não tenham dúvidas que estaremos
25 acompanhando todas as transformações que estão a ocorrer na administração pública
26 brasileira. A capacitação dos jurisdicionados, por meio de cursos, a promoção de eventos
27 temáticos e as orientações técnicas aos gestores, serão a tônica da nossa gestão.
28 Estamos atentos, por exemplo, às transformações trazidas pela nova contabilidade
29 pública, a obrigatoriedade do cumprimento, por parte do poder público, de seus deveres
30 com a previdência, a necessidade de registros contábeis fidedignos, as modificações que
31 virão com a nova lei das licitações e as imposições da nova LEI GERAL DE PROTEÇÃO
32 DE DADOS. Enfim, como afirmei ao iniciar minhas palavras, é o caminhar na direção do
33 TRIBUNAL 5.0. ATUAL, MODERNO, VIGILANTE E JUSTO. A construção e manutenção
34 deste manancial de dados resultam na produção de conhecimento e possui um objetivo

1 que transcende a nossa mera e rotineira ação fiscalizadora. O propósito é a inclusão
2 social, proporcionada pela efetiva contribuição deste egrégio Tribunal, possibilitando
3 àquele cidadão excluído integral acesso às condições elementares ao exercício da
4 cidadania por ser depositário de conhecimento qualificado, gratuito e democraticamente
5 disponibilizado. Este é nosso dever! Portanto, minha incumbência a partir da presente
6 missão que recebo, mercê da generosidade dos meus pares e aceitação dos servidores,
7 é o compromisso com o avanço, o aprimoramento e a consolidação das atividades
8 desenvolvidas pelo honrado Presidente Arnóbio Viana, que em momentos tão
9 conturbados, dedicou, com êxito, toda a sua competência, empenho e dedicação à
10 modernização e ao bom funcionamento deste Tribunal. Chegando ao final da minha fala,
11 permitam-me, ainda, Senhoras e Senhores, que eu agradeça e faça uma saudação a
12 uma pessoa muito especial em minha vida, aquela que sempre esteve ao meu lado em
13 todos os instantes. Refiro-me à minha mulher, Fátima, com ela compartilho e vivo sonhos,
14 realizo conquistas e venço os desafios. É ela que me encoraja a aceitá-los e superá-los.
15 Agradeço também aos meus filhos naturais e por adoção Pedro Henrique e Nicole, Ana
16 Carolina e Tovar e a Bruno e Ana Carolina, pelas palavras de confiança e incentivo que
17 sempre me referem e à pacífica e boa convivência familiar que desfrutamos. Ao encerrar
18 minhas palavras, agradeço de forma penhoradamente aos que se fazem presentes
19 virtualmente neste ato solene. Agradeço aos que me antecederam com suas generosas
20 referências, especialmente ao representante da OAB, Advogado Valberto Azevedo, que,
21 sob o manto da simpatia e da amizade, me brindou com tantas e efusivas palavras.
22 OBRIGADO BETO! Por fim, desejo agradecer a Deus por tudo o que já me concedeu,
23 rogando-lhe que proteja a todos. Avante nesta nova caminhada! Muito obrigado a todos!
24 Saúde e paz!” Em seguida, Sua Excelência o Presidente Conselheiro Fernando
25 Rodrigues Catão agradeço a presença de todos e declarou encerrada esta Sessão
26 Especial Remota e de caráter Solene, às 11:15h e, para constar, eu Osório Adroaldo
27 Ribeiro de Almeida, Secretário do Tribunal Pleno, mandei lavrar e digitar a presente Ata,
28 que está conforme.

29 **Plenário Remoto do Tribunal de Contas do Estado, em 14 de janeiro de 2021.**

Assinado 3 de Fevereiro de 2021 às 14:33



Assinado Eletronicamente

conforme LC 18/93, alterada pela LC 91/2009 e
pelo Regimento Interno, alterado pela
RA TC 18/2009

Cons. Arnóbio Alves Viana
PRESIDENTE

Assinado 22 de Janeiro de 2021 às 12:19



Assinado Eletronicamente

conforme LC 18/93, alterada pela LC 91/2009 e
pelo Regimento Interno, alterado pela
RA TC 18/2009

Osório Adroaldo Ribeiro de Almeida
SECRETÁRIO DO TRIBUNAL PLENO

Assinado 9 de Fevereiro de 2021 às 10:28



Assinado Eletronicamente

conforme LC 18/93, alterada pela LC 91/2009 e
pelo Regimento Interno, alterado pela
RA TC 18/2009

Cons. Fábio Túlio Filgueiras Nogueira
CONSELHEIRO

Assinado 25 de Janeiro de 2021 às 12:47



Assinado Eletronicamente

conforme LC 18/93, alterada pela LC 91/2009 e
pelo Regimento Interno, alterado pela
RA TC 18/2009

Cons. Antônio Gomes Vieira Filho
CONSELHEIRO

Assinado 22 de Janeiro de 2021 às 12:25



Assinado Eletronicamente

conforme LC 18/93, alterada pela LC 91/2009 e
pelo Regimento Interno, alterado pela
RA TC 18/2009

Cons. André Carlo Torres Pontes
CONSELHEIRO

Assinado 22 de Janeiro de 2021 às 12:40



Assinado Eletronicamente

conforme LC 18/93, alterada pela LC 91/2009 e
pelo Regimento Interno, alterado pela
RA TC 18/2009

Cons. Fernando Rodrigues Catão
CONSELHEIRO

Assinado 22 de Janeiro de 2021 às 17:46



Assinado Eletronicamente

conforme LC 18/93, alterada pela LC 91/2009 e
pelo Regimento Interno, alterado pela
RA TC 18/2009

Cons. em Exercício Antônio Cláudio Silva Santos
CONSELHEIRO EM EXERCÍCIO

Assinado 23 de Janeiro de 2021 às 09:13



Assinado Eletronicamente

conforme LC 18/93, alterada pela LC 91/2009 e
pelo Regimento Interno, alterado pela
RA TC 18/2009

Cons. em Exercício Oscar Mamede Santiago Melo
CONSELHEIRO EM EXERCÍCIO



24 de Janeiro de 2021 às 11:36
Assinado Eletronicamente

conforme LC 18/93, alterada pela LC 91/2009 e
pelo Regimento Interno, alterado pela
RA TC 18/2009

Cons. Subst. Renato Sérgio Santiago Melo

Assinado 25 de Janeiro de 2021 às 16:38



Assinado Eletronicamente

conforme LC 18/93, alterada pela LC 91/2009 e
pelo Regimento Interno, alterado pela
RA TC 18/2009

Manoel Antonio dos Santos Neto

PROCURADOR(A) GERAL